

ENSINO PRIVADO

EDUCAÇÃO INFANTIL E IDIOMAS

Professores têm aumento real de salário

Assembleias realizadas em junho aprovaram propostas para acordo negociadas pelo Sinpro/RS com Sindicreches e Sindiomas

O Sinpro/RS concluiu em junho as negociações com o Sindicreches com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho dos professores da Educação Infantil (que atuam em instituições de ensino que oferecem exclusivamente este nível de ensino); e com o Sindiomas referente à Convenção Coletiva de Trabalho dos professores de Idiomas (cursos livres). Nas duas negociações foram contemplados a reposição da inflação aos salários e o aumento real. As convenções estarão disponíveis na íntegra no site do Sinpro/RS (www.sinprors.org.br/convencoes).

EDUCAÇÃO INFANTIL – Os professores aprovaram a proposta para acordo em assembleia realizada no dia 18 de junho. A proposta estabelece a reposição do INPC do período (6,30%), com aumento real diferenciado – contemplando 0,57% no piso maior de Porto Alegre e interior, totalizando 6,87%, e 1,14% nos demais pisos, totalizando 7,44%, além de manutenção das cláusulas sociais da última Convenção Coletiva. O reajuste é retroativo a maio, data base



Maria Luiza: a criança é o centro do currículo na Educação Infantil

da categoria.

Assembleia foi precedida de debate em torno do tema *Políticas e Práticas na Educação Infantil: Avanços e Desafios*, com a professora Maria Luiza Rodrigues Flores, da Ufrgs. Doutora em Educação, integrante do Fórum Gaúcho de Educação Infantil e do Movimento Interfórum

de Educação Infantil do Brasil a palestrante destacou as especificidades do trabalho docente desta modalidade de ensino que, na sua opinião, exige maior qualificação dos professores. “As escolas devem colocar a criança no centro do currículo, reconhecer a Educação Infantil como etapa do ensino e valorizar a qualificação docente”, destacou.

IDIOMAS – Os professores das escolas de Idiomas também aprovaram, em assembleia geral, no dia 17 de junho, a proposta para acordo negociada entre Sinpro/RS e Sindiomas para a Convenção Coletiva de Trabalho 2011. A proposta garante reajuste salarial de 6,7% (geral) e de 7,70% (para quem ganha o piso), além da renovação das cláusulas sociais. O reajuste é retroativo a 1º de abril, data base da categoria.

Reajuste Salarial da Educação Infantil – hora-aula

Piso	Maio/2011	Set/2011	Jan/12
POA (6,87%)	R\$ 7,25		
POA Intermediário maio 2011(7,44%)	R\$ 6,21	R\$ 6,25	R\$ 6,28
POA 30 horas (7,44%)	R\$ 5,39		
Interior (6,87%)	R\$ 5,68		
Interior 30 horas (7,44%)	R\$ 4,16	R\$ 4,19	R\$ 4,21

APOSENTADOS

Apaepers define cargos da nova diretoria

Foram definidos os cargos da nova diretoria da Associação dos Professores Aposentados do Ensino Privado do RS (Apaepers), em reunião ocorrida no dia 4 de junho, dando prosseguimento à reestruturação da entidade. A nova presidente da Associação é Gloria Celeste Pires Bittencourt

e a vice-presidente é Hermengarda de Carvalho Cavalheiro. Novo encontro está agendado para o dia 1º de julho, às 19h, na Sede do Sinpro/RS (Av. João Pessoa, 919, em Porto Alegre), tendo como ponto de pauta a constituição de um novo estatuto.

No último dia 28 de maio, em evento que reu-

niu mais de uma centena de professores ativos e aposentados da rede privada na sede do Sinpro/RS, foram escolhidos os integrantes da direção, agora estruturada conforme relação que pode ser conferida na íntegra na internet, no site do Sindicato (www.sinprors.org.br).

PROJOVEM

Paralisação de dez dias por falta de salário

Os professores do Projeto Projovem Trabalhador, executado pela Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – Faepesul, em Porto Alegre, paralisaram suas atividades por dez dias devido ao atraso salarial de dois meses. A solução para o impasse foi agilizada na Justiça do Trabalho, em processo ajuizado pelo Sinpro/RS, no qual a Pre-

feitura de Porto Alegre assumiu o compromisso de pagar os valores atrasados de todos os professores e coordenadores empregados, além de se responsabilizar pelos salários correspondentes aos meses de junho e julho, período de encerramento dos contratos. “O Sindicato tem reiterado sua posição contrária à terceirização de projetos como este por parte

do poder público. Defendemos que o Projovem deve ser diretamente gerido pela Prefeitura desde a parte pedagógica à contratação dos profissionais. A terceirização tem sido ineficiente com prejuízos irreparáveis para os alunos, os professores e aos cofres públicos”, destaca Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS.